



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Estadual – Nº 10.546 / 2015

Ata 92ª Reunião Ordinária

Local: CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social, Casa dos Conselhos.
Praça Dom Adauto, 58, Centro de João Pessoa, CEP – 58010-670.

Data: 20/03/2019

Aos 20 dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove às 09h00 da manhã, deu-se início a nonagésima segunda Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado da Paraíba - CEAS/PB. Estavam presentes as (os) seguintes conselheiras (os): **Gilmara Andréa de Oliveira** (titular) - Representante da SEDH; **Katiuska Araújo Duarte** (titular) – Representante do CRP 13ª Região; **Márcia Cristina Lucena F. de Sousa** (suplente) - Representante da SEPLAG; **Rafaela Ribeiro Amaro** (titular) - Representante da Sec. de Educação; **Maria Auxiliadora da Silva** (suplente) - Representante da SEMDH; **Albertina Félix da Cruz** (titular) - Representante da UEPB; **Juliana Grangeiro Sales Bezerra** (suplente) - Representante da UEPB; **Nadia Lene Silva Machado** (titular) - Representante da CEFEC/ Sta Rita; **Irismar Batista de Lima** (suplente) - Representante do CRP 13ª Região; **Maria Auxiliadora Alves Pereira** (titular) - Representante dos usuários; **Vera Lúcia da Silva Oliveira** (titular) - Representante dos usuários; **Hellen Monteiro e Silva Ferreira** (titular) - Representante dos trabalhadores; **Maria da Conceição Farias** - Secretária Executiva do CEAS; **Daniela Ninfa de Lima Sousa** - Secretária Executiva do CEAS; **Evelyne Rose de Araújo Silva**- Secretária Executiva do CEAS. A presidente **Gilmara Andréa** dá as boas vindas aos presentes e inicia sua fala fazendo a leitura da pauta que é aprovada pelos presentes e justifica a ausência do técnico do FEAS Hedo Pimentel que apresentaria as Prestações de Contas do 4º Trimestre (outubro, novembro e dezembro) de 2018, como estava previsto no ponto de pauta para esta reunião. Em seguida a leitura da ata da 91ª Reunião Ordinária que é aprovada pelos presentes. A presidente **Gilmara Andrea** apresenta o Gerente **Luiz Antonio Lianza** que é responsável pela área de convênios Programas Serviços e Projetos da SEDH para apresentar a Prestação de Contas do Plano de Trabalho do Convênio nº 776.989/2012, vinculado ao Processo de Concessão 71001.025792/2012-16. O convênio teve um repasse do Governo Federal de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), o Governo do Estado da Paraíba entrou com uma contrapartida de R\$ 10.530,00 (dez mil

36 quinhentos e trinta reais). O objeto do convênio constituiu na estruturação da Rede de
37 Serviços de Proteção Social Especial por meio da aquisição de veículos e equipamentos,
38 atendendo especificamente às demandas apresentadas pela instituição de acolhimento
39 permanente para idosos “Vila Vicentina”, **localizado na cidade de João Pessoa/PB** e que
40 todos os equipamentos foram adquiridos em conformidade com o regramento jurídico que
41 normatiza a compra de bens ou contratação de serviços utilizando recursos públicos e
42 sem extrapolar o limite financeiro estabelecido no Plano de Trabalho para aquisição de
43 dois veículos, sendo um de passeio, para atender à demanda de transporte dos idosos
44 residentes na **Instituição de Longa Permanência para Idoso (ILPI)**, e um utilitário, para
45 atender a demanda gerada pelos bens recebidos em doação, cujo transporte é de
46 responsabilidade da instituição. Também estabeleceu a aquisição de uma série de
47 equipamentos e material permanente. Os materiais são destinados à copa e cozinha, aos
48 dormitórios e itens de segurança para os banheiros da Vila Vicentina. O projeto propôs
49 aquisição de 26 **(vinte e seis)** itens entre mobiliário, equipamentos diversos e
50 computadores. Para essas aquisições foram destinados R\$ 144.892,64 (cento e quarenta
51 e quatro mil, oitocentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos). Com
52 recursos do convênio foram comprados 19 **(dezenove)** itens, os 07(sete) itens restantes
53 não conseguiram finalizar seis processos de compras dentro da vigência do convênio e
54 foram liquidados e pagos com recursos próprios, e apenas 01 (um) dos itens (uma coifa
55 em aço inox com tubo exaustor para fogão de 06 bocas) não foi possível entregar, devido
56 ao valor que estava além dos preços levados na proposta e o Ministério não aceitou que
57 realinhasse no preços que apresentava o mercado. Para não prejudicar o processo a
58 instituição achou por bem desistir do item que ficou fora do processo. Diante do exposto o
59 Gerente Luiz Lianza ressalta que foi cumprido integralmente o objetivo do referido
60 convênio. A conselheira **Katiuska Duarte** menciona que foi realizada uma visita de
61 fiscalização na Vila Vicentina em 10 de agosto de 2018, por ela, que na época era a
62 presidente do CEAS e a vice Presidente Jaciana Magalhães, **tendo sido apresentado e**
63 **entregue relatório ao CEAS**. Na ocasião da visita **as representantes do CEAS** foram
64 acompanhadas pela gerente, a Sra. Josilene Targino da Silva e em seguida em conjunto
65 com o Presidente, o Sr. José de Arimatéia Ribeiro Diniz foram respondidas e esclarecidas
66 algumas dúvidas **com relação aos itens que constavam no convênio**. A conselheira
67 **Katiuska Duarte** apresentou **ao colegiado presente** o relatório desta visita para que
68 **fossem** esclarecidas algumas questões específicas. Na vistoria foi observado que haviam

69 os 28 (vinte e oito) itens menos a coifa. O relatório apresentou alguns itens que a
70 instituição afirmou que não recebeu a exemplo da: (secadora de roupas, armário de aço
71 de cor cinza, mesa de madeira quadripé com tampo, Impressora multifuncional a jato,
72 cadeira campestre, de respaldo baixo, embaladora de filme PVC e mesa frontal e barras
73 de apoio para banheiro em aço inox). Alguns itens, segundo os entrevistados se
74 desgastaram e não mais existem tais como: lavadora de louça industrial, forno
75 microondas com capacidade para 31l e liquidificador industrial. O gerente **Luiz Lianza**
76 justifica que alguns itens poderiam estar no CICA para ser entregues, a exemplo da
77 Impressora multifuncional a jato que foi entregue no início de 2019, aos demais **Luiz**
78 **Lianza** propõe uma visita de fiscalização na instituição para que seja levantados todos os
79 itens doados. Quanto aos itens que se desgastaram, já estão sem uso, o objeto precisa
80 ser depreciado por que eles estão dentro do patrimônio do Estado. O gerente **Luiz Lianza**
81 afirma que consta na SEDH todos os termos de cessão de uso dos materiais que foram
82 entregues. A conselheira **Katiuska Duarte** afirmou que gerou preocupação quanto à
83 visita, devido ao fato da ILPI está sob intervenção e propõe que a SEDH encaminhe ao
84 **CEAS** todos os documentos comprovando a entrega dos referidos itens. Após a
85 comprovação a comissão de Acompanhamento a Gestão Estadual e aos Programas,
86 Projetos, Serviços e Benefício Sociosassistenciais do **CEAS**, fará uma visita à instituição
87 para fiscalização. Para isso como encaminhamento se condicionou a apreciação do
88 Conselho após análise dos documentos comprovando a entrega dos referidos itens, tendo
89 a plenária concordado com a proposta. O gerente **Luiz Lianza** se comprometeu em
90 apresentar toda a documentação referente ao termo de cessão de uso, como também as
91 notas fiscais e os termos de entrega. Nos informes a presidente **Gilmara Andréa** fala da
92 sua participação da Reunião Trimestral em Brasília realizada no dia 11 de março 2019,
93 informa que teve a participação de 24 (vinte e quatro) Estados da União e a principal
94 discussão foi sobre a realização das conferências (que serão extraordinárias), nesse ano.
95 Dos 24 (vinte e quatro) Estados presentes, 07 (sete) se posicionaram, que independente
96 da posição do CNAS irão realizar suas conferências. O CNAS até o momento não tinha
97 nenhuma perspectiva quanto à realização da Conferência Nacional. Os Estados que se
98 posicionarem em realizar as conferências, a temática terá de ser própria do estado, ou
99 seja, criar os instrumentais e pautas. A Presidente do CNAS afirmou o quanto esta sendo
100 difícil a conversa com o Ministério, na próxima reunião ordinária do CNAS terá como
101 ponto de pauta; realização da Conferência Nacional; diante a afirmativa da presidente do

102 CNAS de que mesmo que o pleno delibere sobre a realização da Conferência Nacional,
103 não há certeza que seja realizada, pois depende do repasse de recurso do Ministério. A
104 maioria dos estados colocaram como temática que iriam trabalhar em suas conferências
105 que seria; uma avaliação do Pacto de aprimoramento e do Plano Decenal, criando assim
106 uma estrutura própria. Outro questionamento foi que, a não realização da nacional,
107 impacta da não realização das municipais por sua vez, sabemos que os municípios
108 realizam suas conferências por imposição (obrigados). A conselheira **Juliana Granjeiro**
109 menciona que a deliberação do CNAS em não fazer os instrumentos, dificulta para os
110 estados em realizar suas conferencias, acreditamos que não teria custo nenhum em
111 normatizar os instrumentais para guiar os estados. Sugere aguardar as deliberações da
112 reunião ordinária do CNAS e dependo do posicionamento emitir uma "nota" para quem for
113 para a próxima reunião trimestral apresentar o posicionamento do estado da Paraíba A
114 conselheira **Katiuska Duarte** fala de sua preocupação com relação aos estados irão
115 realizar as conferencias sem instrumentais oriundos do CNAS, irão utilizar de um recurso
116 que possivelmente não será levado em consideração às deliberações destas conferências
117 (em termos de validade), seria o caso de uma mobilização nacional para realização das
118 conferências (alguns conselhos já estão se mobilizando). A conselheira **Albertina Félix**
119 comenta sobre a probabilidade dos fechamentos dos CRAS e menciona que o CRAS do
120 município de São José dos Cordeiros está com dificuldades de funcionamento devido a
121 falta de recursos; o serviço encontra-se aberto mais está esvaziado. A mesma sugere que
122 seja um ponto de pauta para próxima reunião ordinária, para que enquanto CEAS tomar
123 uma posição para impedir a fechamento dos CRAS; lançar uma "nota"; ir aos gabinetes
124 dos deputados; acionar os municípios que já fecharam para ver a viabilidade de
125 funcionamento. A conselheira **Juliana Granjeiro** sugere que esta pode ser uma ação da
126 Comissão de Acompanhamento a Gestão Estadual e aos Programas, Projetos, Serviços e
127 Benefício Sociosassistenciais. A conselheira **Irismar Batista** fala da sua participação
128 representando o CEAS na Audiência Publica realizada no município de São Bento-PB no
129 dia 21/02/2019, junto ao Comitê de Monitoramento e Fiscalização das ILPI's da Paraíba.
130 A pauta da audiência foi à reforma de uma casa, como fruto de doação feita pelo juiz local
131 para a instalação de uma ILPI. Na visita as instalações a equipe fez as orientações
132 devidas para o funcionamento e acolhimento dos idosos. A conselheira **Katiuska Duarte**
133 menciona sobre sua participação na Reunião do Comitê da ILPIs que na oportunidade foi
134 representando o CEAS e o CRP 13, dos encaminhamentos que constavam na pauta da

135 reunião do Ministério Público eram a questão das parcerias para o monitoramento das
136 pessoas idosas e com deficiência em situação de rua e a criação de um Grupo de
137 Trabalho para elaborar um instrumento de diagnóstico com relação à saúde aos idosos a
138 nível de Paraíba. Informa que o GT participará da reunião para elaboração do instrumento
139 no dia 26/03/2019 com os integrantes: Ministério Público-PB, SEDH, e os Conselhos:
140 Nutrição, Enfermagem, CRESS, CRP 13 e CEAS. No dia 16/04/2019 será realizada
141 reunião para apresentação desse instrumental aos demais **integrantes**. **Em outra**
142 **deliberação a SEDH tem propostas concretas para realização de capacitação dos**
143 **conselheiros municipais do Idoso e que enviaram aos integrantes do Comitê as referidas**
144 **propostas**. A presidente **Gilmara Andréa** fala sobre o convite da Secretaria de Estado da
145 Mulher e da Diversidade Humana - SEMDH, onde solicita a representação do CEAS na
146 Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional para Enfrentamento ao Femicídio na
147 Paraíba a ser realizada no dia 22 de março de 2019 às 8h30 na Promotoria da Mulher em
148 João Pessoa. Representando o CEAS irão as conselheiras Kátiuska Duarte e Amanda de
149 Lourdes. Nada havendo mais a tratar, a presidente encerrou a reunião. A presente ata
150 após lida e aprovada, será assinada pela presidente e demais conselheiras (os)
151 presentes.

152

153

154

155 **Gilmara Andréa de Oliveira** (titular)

156 Representante da SEDH

157

158

159

160

161 **Kátiuska Araújo Duarte** (titular)

162 Representante do CRP 13ª Região

163

164

165

166

167 **Márcia Cristina Lucena F. de Sousa** (suplente)

168 Representante da SEPLAG

169

170

171

172

173

174 **Rafaela Ribeiro Amaro** (titular)

175 Representante da Sec. de Educação

176

177

178

179

180 **Maria Auxiliadora da Silva** (suplente)

181 Representante da SEMDH

182

183

184

185 **Albertina Félix da Cruz** (titular)

186 Representante da UEPB

187

188

189

190 **Juliana Grangeiro Sales Bezerra** (suplente)

191 Representante da UEPB

192

193

194

195 **Nadia Lene Silva Machado** (titular)

196 Representante da CEFEC/ Sta Rita

197

198

199

200

201 **Irismar Batista de Lima** (suplente)

202 Representante do CRP 13ª Região

203

204

205

206

207 **Maria Auxiliadora Alves Pereira** (titular)

208 Representante dos usuários

209

210

211

212

213 **Vera Lúcia da Silva Oliveira** (titular)

214 Representante dos usuários

215

216

217

218

219 **Hellen Monteiro e Silva Ferreira** (titular)

220 Representante dos trabalhadores

221

222

223

224 **Maria da Conceição Farias**

225 Secretaria Executiva do CEAS

226

227

228

229

230 **Daniela Ninfa de Lima Sousa**

231 Secretaria Executiva do CEAS

232

233

234

235

236 **Evelyne Rose de Araújo Silva**

237 Secretaria Executiva do CEAS